Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Jornal Novo 29.12.78

António Maria Pereira responde a António Reis

Com o látego da cultura em punho, Natália Correia zurziu sem piedade António Reis. O espectáculo foi horrível. O pobre tentava fugir, mas logo Natália o alcançava, desferindo novas e mais violentas vergastadas. António Reis, com a barba empastada em sangue, o paletot escuro em farrapos, os olhos míopes arregalados de terror, acabou por ajoelhar, de mãos em prece, aos pés de Natália, pedindo clemência. A resposta foi nova e mais violenta vergastada que, apanhando o mísero em pleno crânio, o deixou inanimado no solo, escumando sanguinolenta baba pela boca entreaberta, em convulso estertor de morte...

Aconteceu assistir ao massacre. Receoso de uma vergastada por tabela não ousei interromper. Porém, quando tudo terminou e Natália se afastou, aproximei-me da pobre vítima exangue, para a socorrer. Sujando as minhas mãos no sangue que empapava o triste, desapertei-lhe o colarinho e coloquei-o em posição mais confortável no chão.

-Agua, água...- sussurrava, entre estertores, o moribundo. Corri, pressuroso, em busca de um copo, enchi-o de água e, soerguendo a cabeça do mísero Reis, lá consegui que engorgitasse alguns golos. A pouco e pouco começou voltando a si, recuperando o ânimo. Ainda vago, olhou em volta. Lobrigando ao longe Natália, brusco estremecimento de terror o agitou. Dei-lhe mais alguns goles, que o ajudaram a recompor-se. E eis que, reparando finalmente na minha presença, no momento em que, piedosamente, lhe dava água a beber — Reis, reunindo todas as energias que ainda lhe restavam, cravou violentamente os dentes na minha mão. Gritei de dor, mas Reis não largava. Tive então, com a outra mão, que lhe desferir potente murro, graças ao qual Reis de novo perdeu os sentidos, abrindo finalmente a queixada, de onde libertei a minha extremidade, com as marcas dos caninos de Reis bem visíveis.

Pois aqui têm, minhos Senhores e minhas Senhoras, como, mau grado ter feito ao querido reitor António Reis, acabei por ser eu — e não Natália — a inocente vítima do recalcado desejo de vingança de Reis pelo tremendo castigo que a escritora lhe infligiu.

Porque filou Reis a sua deputada afiada na minha inocente mão?

Porque, segundo ele conta, eu confidenciei à minha amiga de sempre Natália Correia — no tempo ainda consultora da Secretaria de Estado da Cultura — a minha surpresa e indignação pelas instruções que dele havia recebido no sentido de não prosseguir o meu esforço de promoção do português na Unesco!!!

Reis queria, portanto, que o crime de lesa-cultura fosse conservado em sigilo absoluto. Tal como no atentado à distância: as intenções são dadas, outros as executam — o que é preciso é que tudo fique em segredo rigoroso. Por isso, se alguém falta — terá que ser silenciado.

Pois eu falei à Natália Correia e estou disposto a falar ainda mais. Quando está em jogo o próprio fundamento cultural da nossa presença no mundo — a língua portuguesa — o silêncio perante a conspiração apostada em não a defender dos ataques de que é alvo seria cumplicidade inadmissível, a que eu não quero ficar associado.

A CONFISSÃO DO ATENTADO CULTURAL

O primeiro ponto da resposta de António Reis a Natália Correia que importa fazer ressaltar é este: acusado, pela grande poetisa, de me ter dado instruções para eu não promover a língua portuguesa, como incansavelmente tenho feito desde que represento Portugal em reuniões internacionais sobre o direito de autor — António Reis admite que o facto é verdadeiro.

Aí temos, portanto, a primeira importante conclusão da polémica: um Secretário de Estado da Cultura que, indiferente ao facto de o português ser o nosso mais precioso bem cultural, se opõe à sua promoção internacional!

E porquê? E a pergunta que, imediatamente, ocorre ao leitor, certamente pasmado...

Dou a palavra ao próprio António Reis: -Que se passou, afinal? Acontece que o Dr. António Maria Pereira, no seu afã assaz louvável de promover a língua portuguesa a língua oficial dos organismos internacionais, arriscava-se, no caso em questão, a defender uma posição que poderia vir a comprometer o Estado Português com o aumento de mais de noventa funcionários no estrangeiro e um investimento financeiro incomportável, da ordem de 300 mil contos, ou seja, quase metade do orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura! Investimento este dificilmente compartilhável, porquanto os países de língua portuguesa, por razões óbvias, não se têm não mostrado interessados-.

As razões alegadas para aquela surpreendente atitude foram, portanto, duas:

a) O custo que a adopção do português representaria — da ordem de 300 mil contos; e

b) A falta de interesse dos países de língua portuguesa para a adopção internacional do português.

Ora acontece que António Reis está a falar do que não conhece. Porque, qualquer daqueles argumentos é puro e simplesmente falso!

Com efeito, como inúmeras vezes tenho afirmado publicamente, sem que jamais alguém me tivesse contestado

a) a adopção do português pela Unesco poderia ter sido conseguida sem qualquer custo para Portugal, ou, na pior das hipóteses com um pequeno aumento da nossa contribuição anual para a Organização; e

b) os países africanos de expressão portuguesa e o Brasil sempre se mostraram interessados na promoção do português.

O CUSTO DA ADOPÇÃO DO PORTUGUÊS

A regra quanto aos encargos que a adopção de uma língua implica para as grandes organizações internacionais é a sua imputação ao próprio orçamento da Organização.

As línguas de trabalho da Unesco foram, inicialmente, o francês e o inglês; mais tarde, a partir de 1970, e graças aos esforços das respectivas diplomacias, o árabe, o espanhol e o russo foram adoptados. A China insistiu também pela adopção do chinês, e acabou por o conseguir.

Só Portugal, criador de uma língua que é hoje a quarta ou quinta do mundo, falada por 150 milhões de pessoas, repartidas pelos cinco continentes, nada fez, até hoje, pela sua promoção!

Como e por quem foram suportados os encargos resultantes da adopção destas novas línguas pela Unesco?

Onze por cento do orçamento da Unesco são consagrados aos serviços linguísticos. A partir de 1973, foi solicitado à conferência geral da Unesco — que a aprovou — a inclusão de novos créditos para os três últimos exercícios bienais (1973-1978) no montante global de 4 560 000 dólares, para, precisamente, fazer face às despesas com os serviços linguísticos em árabe, em chinês e em espanhol.

Todos esses encargos ficaram, portanto, a cargo, não dos países beneficiários da língua, mas sim da própria Unesco.

Com uma única excepção: o árabe.

Aconteceu, com efeito, que, como um puro gesto de boa vontade para a Organização, dez governos árabes — dos que não sabem o que fazer aos seus petrodollars — contribuiram voluntariamente com um montante global de 272 000 dólares, para ajudar a cobrir os custos da organização de um serviço de tradução em língua árabe.

Quanto a todas as outras línguas — o custo da sua adopção ficou exclusivamente a cargo do orçamento da Unesco.

Pergunte, portanto, o dr. António Reis, aos governos francês, inglês, espanhol, russo e chinês com quanto contribuiram para que as línguas respectivas passassem a ser línguas oficiais de trabalho da Organização.

Com nada, dr. António Reis! Ou melhor, as suas participações são indirectas, e fazem-se através das suas contribuições anuais para o orçamento da Unesco, cujas despesas são, como é evidente, suportadas pelos Estados membros, incluindo Portugal.

Ora aqui reside o erro crasso do dr. António Reis — fruto da sua ignorância de como funcionam as grandes organizações internacionais.

O que teria então acontecido se, como eu sempre desejei — e o dr. António Sá Machado, quando, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros — Portugal tivesse requerido a adopção do português como língua de trabalho da Unesco?

Apenas isto se, mediante uma ofensiva diplomática concertada, junto dos países de expressão portuguesa e também dos restantes, os tivéssemos conseguido persuadir — com fundamento num facto novo e decisivo que foi a acessão à independência de cinco novos Estados de expressão portuguesa, que já são membros da Unesco — de que tinha chegado a altura de o português ficar em plano de igualdade com o espanhol e as restantes línguas, a consequência teria sido que o orçamento da Organização, em vez de ter sido aumentado, para encargos com novas línguas, na verba acima mencionada, só teria sido um pouco mais, de molde a poder fazer face às despesas com o português.

A PRIMEIRA REUNIÃO DA UNESCO EM PORTUGAL

Isto compreendeu o Dr. Sá Machado, quando Ministro dos Negócios Estrangeiros. Aconteceu que de 4 a 13 de Abril deste ano realizou-se em Portugal, na Fundação Gulbenkian, a primeira reunião da Unesco, à qual tive a honra de presidir. Aproveitando a oportunidade pedi e consegui que toda a documentação circulada e resultante desta reunião fosse traduzida também em português o que, pela primeira vez, aconteceu na história da Unesco.

Sá Machado, por seu turno, no desenvolvimento da ofensiva pela promoção do português, deu instruções à nossa embaixada junto da Unesco para requerer a oficialização da língua na Organização. Foi, na altura, publicado um comunicado do MNE sobre esta importante diligência, que a Imprensa divulgou.

Aconteceu, porém, que a nossa embaixada junto da Unesco recusou-se a empreender os esforços necessários à adopção do português. E, em vez de acatar as instruções do Ministro, preferiu utilizar circuitos paralelos para neutralizar os esforços em curso pela promoção do português (!). A atitude de António Reis contra a qual Natália Correia se insurge insere-se neste jogado.

A adopção de uma nova língua por uma grande organização internacional, como a Unesco, envolve sempre um trabalho diplomático prévio de preparação. Dado que as grandes organizações internacionais se debatem, cada vez mais, com problemas financeiros — porquanto os Estados membros, que as sustentam, os têm — é evidente que essa adopção depara sempre com resistências, sobretudo da parte dos países mais ricos, que são os grandes financiadores dessas organizações. Daí ser sempre necessário um esforço a empreender pela diplomacia do país interessado, no sentido de persuadir da necessidade da utilização da nova língua. Ora esse esforço, que foi empreendido, com sucesso, pelas diplomacias espanhola, russa, árabe e chinesa — nunca foi sequer tentado por Portugal. Com uma única excepção: a Organização Mundial da Propriedade Intelectual onde, em Outubro passado — portanto, já quando António Reis não era Secretário de Estado da Cultura — pude prosseguir a minha campanha pela promoção do português, e, em a prévia concertação dos embaixadores em Genebra, Dr. Adriano Carvalho, requeri a sua adopção oficial na Organização Mundial da Propriedade Intelectual, a qual será discutida e votada na próxima assembleia geral da Organização em 1979.

A ATITUDE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O segundo argumento invocado por António Reis carece, por igual, de fundamento, e atinge as raias do ridículo.

Com efeito, e como eu escrevi em entrevista a este jornal publicada aos 21.10.1978 -como é possível supor, por um só momento, que os países de expressão portuguesa se opusessem à promoção do português, que é a sua língua oficial, e do que só tirariam vantagens?

Pois não foi o próprio Presidente Agostinho Neto quem, há três meses, requereu em Karthoum, na Cimeira da Organização da Unidade Africana, que o português passasse a ser língua oficial da Organização?

E não ficou expressamente clausulado na Declaração Final da Cimeira de Bissau, que Angola e Portugal se comprometiam promover a língua comum?

Mais do que isso. Ainda durante o período da guerra colonial, nunca os chefes históricos africanos puseram em dúvida a continuação da adopção do português nos seus países. Amilcar Cabral, por exemplo, escreveu alguns trechos em defesa da língua portuguesa que hoje fazem parte de selectas angolanas.

Não há, por isso, qualquer dúvida de que os novos países africanos de expressão portuguesa desejam que o português continue a ser a língua oficial e estão interessados na sua promoção.

É evidente que a promoção do português deverá ser feita de acordo com eles, e, também, com o Brasil. Mas esse acordo, não tenhamos dúvidas, seria alcançado com facilidade, dado que o interesse é comum. Foi isto, precisamente o que aconteceu nas reuniões de Genebra, de onde acabo de regressar: o apoio do Brasil à proposta portuguesa de oficialização do português na Organização Mundial de Propriedade Intelectual foi de tal ordem que o chefe da missão brasileira fez empenho em definir a posição do seu governo, relativamente à proposta portuguesa, não como de simples adesão, mas como co-subscritor (!).

E tal é o interesse do Brasil pela promoção do português que, na última assembleia geral da Unesco, em que se as instruções do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao tempo, Vitor Sá Machado, tivessem sido acatadas pela nossa embaixada, o português devia ter sido requerido como língua de trabalho oficial — em vez disso, foi o Ministro da Cultura brasileiro, Euro Brandão, quem assumiu a defesa da língua comum, requerendo a sua adopção pela Unesco!

Perante isto, o sentimento de qualquer português só pode ser um: indignação pela ligeireza — para não lhe chamar outra coisa — com que um património cultural de oito séculos é tratado por um ex-(I)responsável pela cultura portuguesa!...

PROMOVER O PORTUGUÊS É SIMPLES OPERAÇÃO DE PRESTÍGIO?

Mas a ignorância do ex-Secretário de Estado da Cultura ultrapassa todos os limites. Pois não afirma ele em seguida que a promoção do português se traduziria afinal, numa simples -operação de prestígio-?

Esta espantosa afirmação apenas revela total desconhecimento de António Reis sobre o que se passa actualmente, no domínio da promoção cultural dos países do terceiro mundo, empreendida pela Unesco e pelas outras grandes organizações internacionais. Acontece que a formidável campanha em curso tendente à promoção cultural e tecnológica desses países — nos quais se incluem os novos Estados africanos de expressão portuguesa — chega a estes, não em português (por não ser língua da Unesco), mas em espanhol. O resultado é que, cada vez mais, o espanhol se vai tornando mais útil para esses países — particularmente em Angola — do que o português, assim subalternizado, subalternização essa que vai ao encontro do esforço de promoção cultural que Cuba ali leva a efeito — em espanhol, obviamente — através de várias centenas de professores cubanos.

QUALIFICAÇÕES E DESQUALIFICAÇÕES

Afirma António Reis, na sua resposta, que, caso eu não desminta Natália Correia, ele, António Reis, me considerará -definitivamente desqualificado para o desempenho de missões do Estado Português-.

É claro que, como se viu, não só a não desminto, como a felicito p
çar armas pela língua portugue
ela tanto tem enriquecido — o q
absoluto, nunca aconteceu com
nio Reis.

Mas já que António Reis f
«qualificações» deixem-me a
sito contar o que me aconteceu
soube da sua nomeação, em su
ção de David Mourão-Ferreira.
Secretaria de Estado da Cultu

David Mourão-Ferreira é u
sonalidade consagrada das let
tuguesas, um dos grandes no
nossa cultura contemporânea.
gente o sabe.

E eis que leio na imprens
abrupta substituição por um
chamado António Reis, em q
nunca tinha ouvido falar. Cer
te, pensei eu, trata-se de alguém
de notável obra literária a qu
culpa da minha ignorância, m
até então passado despercebi
terroguei então alguns amigos
tas sobre os títulos culturais j
tivos de tão importante no
mas nenhum foi capaz de me
der. -Escreveu alguns artigos
a puxar muito para a esquerda
o máximo que consegui apur

Atentando melhor no seu
muito Charles Manson, na far
rina desgrenhada, na barba h
descuidada, no toque de snob
querdista dos «blue jeans» e
escura sem gravata, — conv
de que se tratava de um daque
lectuais «de gauche» contest
cuja ampla produção tinha
aferroilhada nas gavetas du
«longa noite fascista» à espe
arrancadas as pelas da censu
pudessem, enfim, sacar cá p
os tratados, os ensaios, os ro
os poemas que teriam marcad
História uma nova geração
pós Revolução, superior à
70, do Orfeu ou do Presença

Em vão aguardei que Antó
abrisse a gaveta. Os meses pa
nada de lá saía.

Até que um dia, numa disc
um dos tais amigos socialistas,
se falava da competência do
nos do II Governo Constituci
voltei à carga: — «Mas quais
nal, as qualificações do novo
rio de Estado da Cultura qu
justificado a sua nomeação p
cargo cultural até então ocu
David Mourão-Ferreira? —
tel. «Não sabes — volveu o s
triunfante e peremptório —
-te fazer calar de uma vez p
pre: fica tu sabendo que
Mourão-Ferreira ocupou p
turais importantes antes d
meado Secretário de Estado
ra, também o António Rei
antes um posto cultural da
portância!...»

«Ah sim? — retorqui, em
tiva — então que posto cultur
tante foi esse?»

«Foi o posto do Rádio Clu
guês, na madrugada do 25 de

Ai eu embatuquei e dei-me
cido. A escolha fora acertada.
Reis tem um passado cultural
maior admiração.

António Mari

P.S. — A língua portuguesa
que interessa a todos os Portugu
isso, aceitaria você, António
debate na Televisão — ficar
cautela, de permeio entre você
lia?...

Produzido em destilarias próprias, o LONG JOHN é um scotch envelhecido e engarrafado na Escócia.

Long John desde 1825. Qualidade e tradição!

Agentes e importadores exclusivos: VINALDA, LDA. - LISBOA

Long John Scotch Whisky